



Cofinanciado pela
União Europeia

Os Fundos Europeus mais próximos de si.



3.ª Edição, número 2, junho de 2024



EDITORIAL

A UGT desde sempre defendeu a promoção da **sustentabilidade ambiental**. Juntamente com o movimento sindical europeu, a UGT pugna pela concretização de um acordo climático ambicioso que inclua uma **transição justa para todos os trabalhadores e trabalhadoras**.

A UGT partilha das palavras do Secretário-geral da ONU que afirmou estar “fortemente empenhado em trabalhar com todos os Governos e parceiros para reunir opiniões divergentes e criar uma visão comum sobre a forma como abordar as mudanças climáticas”.

Para a UGT a avaliação dos impactos socio-económicos das alterações climáticas e toda a adaptação dos setores produtivos à criação de “empregos verdes” deverão ser acompanhadas por um empenhado diálogo social a nível internacional, europeu e nacional.

Exige-se transparência nos processos de decisão sempre que esteja em causa a compatibilidade do emprego e o meio ambiente.

É certo que o combate contra as mudanças climáticas é um dos principais desafios do planeta. O objetivo é alcançar uma economia neutra do ponto de vista climático até 2050 para minimizar as suas consequências negativas.

A transição para este modelo implicará alterações estruturais com um forte impacto sobre determinadas regiões, áreas e grupos sociais. Todos seremos afetados pela transição para uma economia neutra do ponto de vista climático. A transição para as energias renováveis não deve gerar novas formas de pobreza e desigualdade, pelo que é fundamental que a descarbonização signifique um progresso para todos.

A UGT, acérrima defensora da promoção do diálogo social, enfatiza que os trabalhadores portugueses e seus representantes têm de ser envolvidos na operacionalização do Plano de Transição Justa Português, não podendo o mundo do trabalho ficar secundarizado.

Assim, exigimos que nos processos de transição, se antecipem os impactos no mercado de trabalho e nos postos de trabalho, com uma verdadeira estratégia de adaptação e transição também dos postos de trabalho.

A existência de adequadas condições de trabalho, de acesso a formação profissional que reforce a empregabilidade, de apoios à reinserção no mercado de trabalho e de uma proteção social que garanta efetivamente o rendimento dos trabalhadores e dos seus agregados nas transições devem ser elementos dessa estratégia.

Ressaltamos ainda a necessidade de que, associada à transição ambiental como noutras áreas da política europeia, surja uma efetiva dimensão social, nomeadamente com elevados níveis de diálogo social.

Vanda Cruz

Secretária Executiva da UGT

Departamento de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável



Os Fundos Europeus mais próximos de si.



DIA MUNDIAL DO MEIO AMBIENTE

5 DE JUNHO



Os Fundos Europeus mais próximos de si.

O **Dia Mundial do Ambiente** é celebrado desde 1974, no dia **5 de junho**, envolvendo governos, empresas, organizações, cidadãos que se juntam no movimento pela defesa do Meio Ambiente.

O lema deste ano é "**Acelerar o restauro da terra, a resiliência à seca e à desertificação**".

Esta Comemoração é muito importante, pois enfrentamos, na atualidade, múltiplos problemas ambientais resultantes das alterações climáticas, com forte impacto na destruição da natureza e na perda de biodiversidade e, não menos importante, no aumento da poluição ambiental.

Neste âmbito, o restauro da natureza é fundamental, como forma de permitir reduzir a pobreza e aumentar a resiliência a condições climáticas extremas.

Além disso, o restauro da natureza também promove o aumento do armazenamento de carbono e retarda os efeitos das alterações climáticas.

Sabe-se que as **ações de restauro da natureza de, pelo menos, 15% da terra têm a capacidade de evitar até 60% da extinção de espécies ameaçadas.**

Com este Dia visa-se impulsionar a ação global na direção do cumprimento das metas de restauro de grandes porções da Terra, capaz de desacelerar efetivamente as alterações climáticas, proteger a natureza e aumentar os

meios de subsistência e a segurança alimentar de milhões de pessoas em todo o mundo.

A UGT associa-se, pois, às Comemorações deste [Dia Mundial do Meio Ambiente](#), disseminando um forte apelo para a proteção e revitalização dos ecossistemas em todo o Mundo, ajudando a erradicar a pobreza, a combater as mudanças climáticas e a prevenir uma extinção em massa.

Sublinhamos que somente com ecossistemas saudáveis podemos melhorar a subsistência das pessoas, combater as mudanças climáticas e deter o colapso da biodiversidade.

Departamento de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da UGT

EM GRANDE DESTAQUE



Imagem com DR

Relatório de avaliação dos riscos climáticos da Agência Europeia do Ambiente (AEA)

« A Europa é o continente com o aquecimento mais rápido do mundo e os riscos climáticos ameaçam a sua segurança energética e alimentar, os ecossistemas, as infraestruturas, os recursos hídricos, a estabilidade financeira e a saúde das pessoas.»

Esta é a terrível conclusão do primeiro **Relatório Europeu de Avaliação dos Riscos Climáticos**, publicado pela Agência Europeia do Ambiente (AEA) no passado dia 11 de março de 2024.

O relatório faz soar os alarmes sobre as consequências da falta de «preparação social» em termos das políticas da UE e dos Estados-Membros:

« Se não forem tomadas medidas decisivas agora, a maioria dos riscos climáticos identificados poderá atingir níveis críticos ou catastróficos até ao final deste século. Centenas de milhares de pessoas morreriam devido a ondas de calor e as perdas económicas resultantes das inundações costeiras, só por si, poderiam exceder 1 bilião de euros por ano.»

Segue o Comunicado de Imprensa (tradução assegurada pelo Departamento ADS)

De acordo com a avaliação da Agência Europeia do Ambiente (AEA), muitos dos riscos acima referidos já atingiram níveis críticos e podem tornar-se catastróficos, caso não se verifique uma ação urgente e decisiva.

O calor extremo, a seca, os incêndios florestais e as inundações vão piorar na Europa, mesmo sob cenários otimistas de aquecimento global e afetar as condições de vida em todo o continente.

A AEA publicou a primeira [Avaliação Europeia dos Riscos Climáticos](#) para ajudar a identificar prioridades políticas para a adaptação às alterações climáticas e para setores sensíveis às alterações climáticas.

De acordo com a Avaliação, as políticas e as medidas de adaptação da Europa não estão a acompanhar o rápido crescimento dos riscos climáticos. Em muitos casos, a adaptação progressiva não será suficiente e, como muitas medidas para melhorar a resiliência às alterações climáticas exigem muito tempo, pode ser necessária uma ação urgente, mesmo em relação a riscos que ainda não são críticos.

[Avaliação europeia dos riscos climáticos](#)

Algumas regiões da Europa são centros de registo de múltiplos riscos climáticos. O sul da Europa está particularmente ameaçado por incêndios florestais e impactos do calor e da escassez de água na produção agrícola, no trabalho ao ar livre e na saúde humana. As inundações, a erosão e a intrusão de água salgada ameaçam as regiões costeiras baixas da Europa, incluindo muitas cidades densamente povoadas.

A recente investigação mostra que a Europa enfrenta riscos climáticos urgentes que estão a crescer mais rapidamente do que a nossa preparação para a sociedade. Para assegurar a resiliência das nossas sociedades, os decisores políticos europeus e nacionais devem agir desde já para reduzir os riscos climáticos, tanto através de cortes rápidos das emissões como de políticas e ações de adaptação sólidas.

Muitos riscos climáticos na Europa exigem medidas urgentes Agora

A avaliação identifica 36 grandes riscos climáticos para a Europa em cinco grandes agregados:

- Ecossistemas,*
- Alimentação, saúde,*
- Infraestruturas,*
- Economia e*
- Finanças.*

Mais de metade dos principais riscos climáticos identificados no relatório exigem agora mais medidas e oito deles são particularmente urgentes, principalmente para conservar os ecossistemas, proteger as pessoas contra o calor, proteger as pessoas e as infraestruturas de inundações e incêndios florestais e garantir a viabilidade dos mecanismos de solidariedade europeus, como o Fundo de Solidariedade da UE.

Ecossistemas: *Quase todos os riscos no agregado de ecossistemas exigem medidas urgentes ou mais urgentes, sendo os riscos para os ecossistemas marinhos e costeiros avaliados como particularmente graves.*

O relatório da AEA recorda que os ecossistemas prestam múltiplos serviços às pessoas e, por conseguinte, estes riscos têm um elevado potencial de cascata

para outras áreas, incluindo a alimentação, a saúde, as infraestruturas e a economia.

Alimentação: Os riscos do calor e da seca para a produção vegetal já se encontram num nível crítico no sul da Europa, mas os países da Europa Central também estão em risco. Especialmente, secas prolongadas que afetam grandes áreas representam uma ameaça significativa para a produção agrícola, a segurança alimentar e o abastecimento de água potável.

Como solução, mesmo uma mudança parcial de proteínas de origem animal para proteínas vegetais cultivadas de forma sustentável reduziria o consumo de água na agricultura e a dependência de alimentos importados.

Saúde: O calor é o fator de risco climático mais grave e urgente para a saúde humana. Em maior risco estão grupos populacionais específicos, como os trabalhadores ao ar livre expostos ao calor extremo, os idosos e as pessoas que vivem em habitações mal construídas ou com acesso inadequado ao arrefecimento.

Muitas alavancas para reduzir os riscos climáticos para a saúde estão fora das políticas de saúde tradicionais, como o planeamento urbano, as normas de construção e a legislação laboral.

Infraestruturas: Fenómenos meteorológicos mais frequentes e extremos aumentam os riscos para o ambiente construído e os serviços críticos da Europa, incluindo a energia, a água e os transportes. Embora os riscos de inundações costeiras tenham sido geridos relativamente bem na Europa, a subida do nível do mar e as alterações nos padrões das tempestades podem causar um impacto devastador nas pessoas, nas infraestruturas e nas atividades económicas.

No sul da Europa, o calor e as secas causam riscos substanciais para a produção, o transporte e a procura de energia. Os edifícios residenciais também precisam de ser adaptados ao aumento do calor.

Economia e finanças: A economia e o sistema financeiro da Europa enfrentam muitos riscos climáticos. Por exemplo, os extremos climáticos podem aumentar os prémios de seguro, ameaçar ativos e hipotecas e aumentar as despesas públicas e os custos dos empréstimos.

A viabilidade do Fundo de Solidariedade da UE está já gravemente ameaçada devido às dispendiosas inundações e incêndios florestais ocorridos nos últimos anos. O agravamento dos impactos climáticos pode também aumentar as lacunas nos seguros privados e tornar as famílias de baixos rendimentos mais vulneráveis.

A cooperação reforçada é fundamental

A UE e os seus Estados-Membros realizaram progressos consideráveis na compreensão dos riscos climáticos que enfrentam e na preparação para os mesmos. As avaliações nacionais dos riscos climáticos são cada vez mais utilizadas para fundamentar o desenvolvimento de políticas de adaptação.

No entanto, a preparação da sociedade é insuficiente, uma vez que a execução das políticas está aquém do rápido aumento dos níveis de risco.

A maioria dos principais riscos climáticos identificados no relatório é considerada «copropriedade» da UE, dos seus Estados-Membros ou de outros níveis governamentais. Para abordar e reduzir os riscos climáticos na Europa, a avaliação da AEA salienta que a UE e os seus Estados-Membros têm de trabalhar em conjunto e envolver também os níveis regional e local, quando é necessária uma ação urgente e coordenada.

Existem ainda muitas lacunas de conhecimento com os principais riscos climáticos identificados no relatório da AEA. O relatório afirma que a UE pode desempenhar um papel fundamental na melhoria da compreensão dos riscos climáticos e da sua apropriação dos riscos, bem como na forma de os abordar através de legislação, estruturas de governação adequadas, monitorização, financiamento e apoio técnico.

Estes novos conhecimentos seriam também um contributo fundamental para o seguimento da avaliação europeia dos riscos climáticos.

Acerca do relatório de Avaliação Europeia dos Riscos Climáticos

O relatório da AEA baseia-se e complementa a base de conhecimentos existente sobre os impactos e os riscos climáticos para a Europa, incluindo relatórios recentes do Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas (PIAC), do Serviço Copernicus para as Alterações Climáticas (C3S) e do Centro Comum de Investigação da Comissão Europeia (JRC), bem como os resultados de projetos de investigação e desenvolvimento financiados pela UE e as avaliações nacionais dos riscos climáticos.

Os conhecimentos contidos nesta avaliação inédita são sintetizados com o objetivo de apoiar a elaboração de políticas estratégicas.

Tradução da responsabilidade do Departamento de ADS

[Aceda à versão original Aqui.](#)

NO CENTRO DA DISCUSSÃO

Comissão Europeia: Comunicado sobre a gestão dos riscos climáticos



Imagem com DR

A Comissão Europeia reagiu ao relatório da AEA com uma [comunicação sobre a gestão dos riscos climáticos](#) para proteger as pessoas e a prosperidade na Europa: Gerir os riscos climáticos — proteger as pessoas e a prosperidade:

A aceleração dos riscos climáticos exige uma Gestão Proativa

A gestão da incerteza define, atualmente, a tomada de decisões, seja pelos cidadãos, pelas empresas ou pelos governos. A guerra e as incertezas geopolíticas, o custo de vida, os desafios demográficos, a degradação ambiental e as emergências sanitárias, as desigualdades sociais, a polarização política e a desinformação, a rápida evolução tecnológica e a migração exigem medidas urgentes.

Os decisores políticos têm de equilibrar a atenção e os recursos que dedicam a esses temas. A crise climática, que está interligada com outras crises planetárias — poluição e perda de biodiversidade — e amplifica muitos dos outros riscos, é uma das ameaças existenciais mais profundas que enfrentamos.

A UE está a tomar medidas para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, nesta década, e alcançar a neutralidade climática até 2050. A Comissão iniciou um debate sobre uma meta climática para 2040, que constitui um novo passo rumo a um futuro competitivo e com impacto zero.

É necessário alcançar essas reduções rápidas das emissões a nível mundial, uma vez que as possibilidades de adaptação estão sujeitas a limites físicos.

Os impactos climáticos já se fazem sentir e os riscos continuarão a aumentar nas próximas décadas e mais além, devido à inércia do sistema climático, mesmo que a redução ambiciosa das emissões a nível mundial diminua os danos potenciais.

Em fevereiro de 2024, o serviço de monitorização das alterações climáticas Copernicus comunicou que a temperatura média mundial nos 12 meses anteriores ultrapassara o limiar de 1,5 °C acima dos níveis pré-industriais.

As perspetivas para a Europa são apresentadas, de forma clara, na primeira avaliação europeia dos riscos climáticos realizada pela Agência Europeia do Ambiente. Na melhor das hipóteses, em que limitamos o aquecimento global a 1,5 °C acima dos níveis pré-industriais, a Europa — que está a aquecer duas vezes mais rapidamente do que a média mundial — terá de se adaptar a um clima 3 °C mais quente e, conseqüentemente, enfrentará um aumento exponencial das vagas de calor e outros fenómenos meteorológicos extremos.

A resiliência às alterações climáticas é importante para manter funções sociais, mas também a competitividade das economias e das empresas e, por conseguinte, os empregos. A gestão dos riscos climáticos é uma condição necessária para melhorar o nível de vida, combater as desigualdades e proteger as pessoas.

Trata-se de uma questão de sobrevivência económica para as zonas rurais e costeiras, os agricultores, os silvicultores e os pescadores. No caso das empresas, os riscos climáticos já são amplamente reconhecidos e contam-se entre os quatro principais riscos para a próxima década.

As pequenas e médias empresas (PME) podem enfrentar limitações específicas em termos de recursos. A recuperação de catástrofes relacionadas com o clima cada vez mais intensas absorverá uma quantidade crescente de capacidades e capital das entidades não preparadas, devido a problemas como a exposição das cadeias de abastecimento, a diminuição do acesso a seguros, a vulnerabilidade dos ativos internos, a perda de biodiversidade de que os setores económicos dependem ou a proteção insuficiente das pessoas.

O Banco Central Europeu e o Comité Europeu do Risco Sistémico reconheceram que os riscos climáticos podem afetar a estabilidade financeira de muitas formas e defenderam uma estratégia macroprudencial sólida e sistémica para fazer face a esses riscos.

Ao mesmo tempo, as empresas ágeis e dinâmicas da UE, incluindo as PME, têm potencial para se tornarem líderes em alguns dos segmentos de mercado que reforçam a resiliência, como a inovação relacionada com a utilização de dados e tecnologias espaciais.

O aumento dos riscos climáticos também tem impacto no panorama geopolítico, afetando a segurança, os fluxos comerciais e a estabilidade económica a nível mundial, bem como a capacidade de continuar a prestar serviços essenciais às populações afetadas. Em contrapartida, melhorar a preparação e a resiliência face aos impactos climáticos pode contribuir para a gestão de um dos principais desafios mundiais do nosso tempo, com efeitos indiretos positivos.

Entre os cidadãos da UE, 77 % consideram as alterações climáticas um problema muito grave e 37 % já se sentem pessoalmente expostos a riscos climáticos. O Parlamento Europeu 6 e os dirigentes da UE 7 reconheceram a urgência de intensificar a resposta à emergência climática e de reforçar a resiliência da UE.

Em consonância com a Comunicação sobre a meta climática da UE para 2040 na via da neutralidade climática até 2050, os investimentos em edifícios, transportes e sistemas energéticos resilientes às alterações climáticas poderiam criar oportunidades de negócio significativas, gerar economias de escala e beneficiar mais amplamente a economia europeia, criando empregos altamente qualificados e proporcionando energia limpa a preços comportáveis. A visão europeia de uma sociedade saudável, inclusiva e justa constitui uma fonte de força. A solidariedade, a inclusividade, a inovação e o Estado de direito ajudaram-nos a superar desafios históricos e farão o mesmo neste caso.

A coordenação possibilitada pela União Europeia é um instrumento poderoso para reforçar a resiliência. Proporciona ganhos de eficiência, que são essenciais face ao elevado número de solicitações de recursos públicos e privados.

Permite também aos países, às regiões e às comunidades locais observar o que funciona ou não noutros locais e conduz a uma ação mais rápida e eficaz. Devido à escala das ações necessárias em alguns domínios, é pouco provável que, sem coordenação, as decisões e medidas necessárias sejam tomadas a tempo de evitar impactos ambientais irreversíveis.

Por último, a UE acrescenta valor ao desenvolver instrumentos que ajudam os cidadãos e as partes interessadas públicas e privadas a reforçar a resiliência. Ao longo da última década, uma parte considerável do investimento proveniente do orçamento da UE, nomeadamente através da política de coesão, foi canalizada para a adaptação às alterações climáticas e a mitigação dos efeitos das mesmas.

Prevê-se que, no período 2021-2027, os investimentos da política de coesão neste domínio atinjam cerca de 118 mil milhões de EUR.

Algumas das catástrofes ocorridas em 2023, de que se apresentam a seguir alguns exemplos, revelam claramente o padrão de aumento dos riscos climáticos, que afetaram, de alguma forma, todos os países da UE.

Quatro exemplos de catástrofes associadas a perigos relacionados com o clima ocorridas em 2023:

-Grécia. Entre julho e agosto, os incêndios florestais, desencadeados por secas e vagas de calor, consumiram uma superfície de 170 000 hectares na Grécia. Em especial, o incêndio florestal em Alexandroupolis tornou-se o maior ocorrido na Europa desde 2000, devastando mais de 96 000 hectares. No início de setembro, a tempestade Daniel causou uma precipitação recorde na Grécia, tendo-se registado 750 mm em 24 horas em Zagora, o que representa mais de um ano de acumulação de precipitação naquela zona. Este evento eliminou cerca de 15 % do rendimento agrícola anual do país.

- Eslovénia. Em agosto, as chuvas intensas registadas ao longo de vários dias agravaram os níveis já elevados das massas de água e deram origem a grandes inundações e deslizamentos de terras, que afetaram dois terços da Eslovénia, provocando danos que representam cerca de 16 % do PIB.

- Escandinávia. Em agosto, a tempestade Hans atravessou a Dinamarca, a Noruega e a Suécia, causando sérios danos nas infraestruturas e na agricultura, bem como graves perturbações em redes de transportes críticas. Os créditos de seguro atingiram novos recordes.

- Toda a Europa. Em 2023, a vaga de calor Cerberus estabeleceu novos recordes de temperatura em muitos países. Este fenómeno seguiu-se às vagas de calor do verão de 2022, cujos níveis históricos haviam causado a morte de 60 000 a 70 000 europeus.

A ação climática é do interesse de todos

Os danos relacionados com o clima não resultam de catástrofes naturais infelizes e imprevistas. Pelo contrário, dependem de riscos climáticos conhecidos e das medidas políticas tomadas para reduzir esses riscos.

A presente comunicação define as principais medidas necessárias para assegurar que, face ao agravamento dos riscos climáticos, os cidadãos e as

empresas possam confiar na UE e nos seus Estados-Membros para manter as funções sociais e o acesso contínuo aos serviços básicos. Procura clarificar quem é responsável por fazer as escolhas difíceis e tomar medidas, com base nos melhores dados.

Mostra também como a UE pode efetivamente antecipar-se aos impactos climáticos nos próximos anos e como o reforço da resiliência torna a consecução de outros objetivos políticos mais barata e mais fácil. Este esforço exige que, no futuro, a ação da UE e dos Estados-Membros tenha em conta, por princípio e em todos os domínios de intervenção, a preparação e a resiliência face aos riscos climáticos.

Aceda à Comunicação da Comissão na integra [Aqui](#).

Conteúdos de Referência Internacional

COMISSÃO EUROPEIA

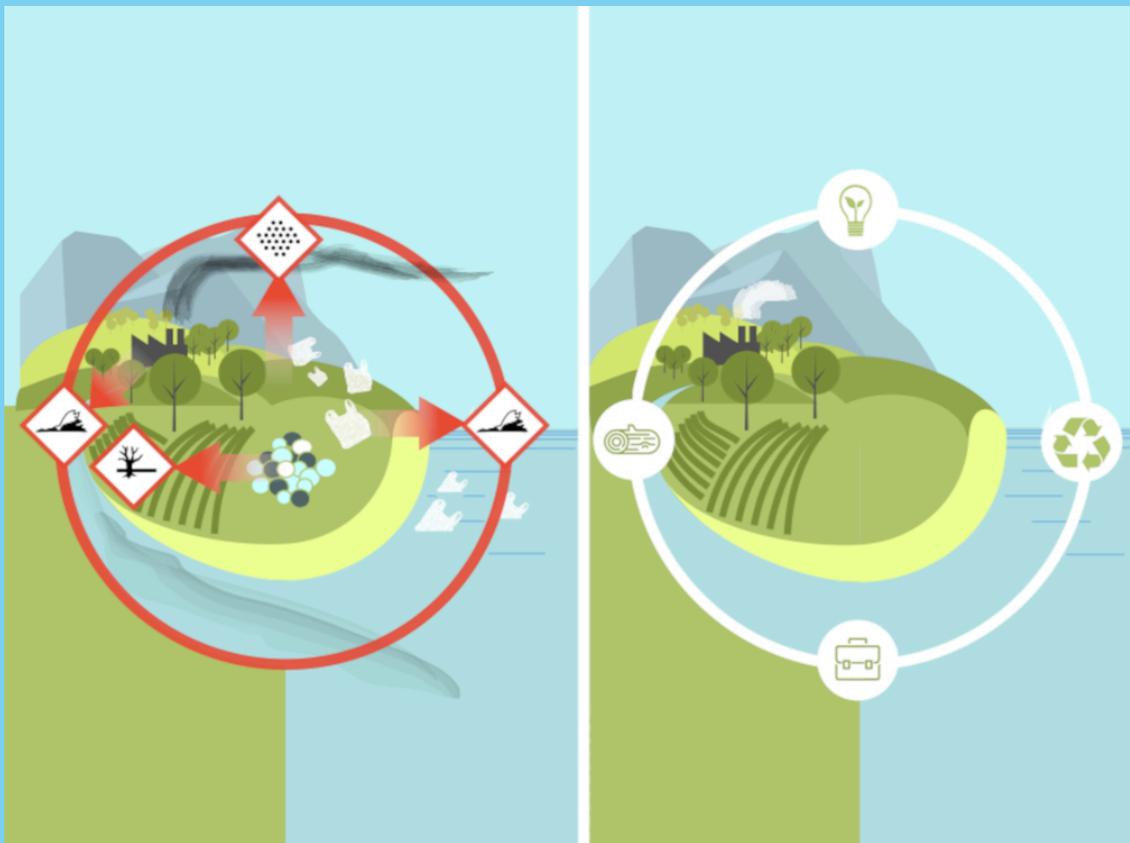


Imagem com DR

A 20 de fevereiro de 2024, o Conselho adotou uma Diretiva que visa capacitar os consumidores **visa capacitar os consumidores para a transição ecológica:**

Graças às novas medidas, os consumidores da UE:

- Terão acesso a informações fiáveis para fazer as escolhas ecológicas certas, nomeadamente no que toca à obsolescência prematura;
- Estarão mais bem protegidos contra alegações ecológicas enganosas;
- Estarão mais bem informados sobre a reparabilidade dos produtos antes da compra.

A Diretiva introduz igualmente um rótulo harmonizado com informações sobre a garantia comercial de durabilidade oferecida pelos produtores.

Saiba mais [Aqui](#).

Embalagens: Conselho e Parlamento chegam a acordo para tornar as embalagens mais sustentáveis e reduzir os resíduos de embalagens na UE



Imagem com DR

Comunicado de imprensa - 15 de março de 2024

Os representantes da Presidência do Conselho e do Parlamento Europeu chegaram a um acordo político provisório sobre a proposta de Regulamento relativo a Embalagens e Resíduos de Embalagens. O objetivo é combater o aumento dos resíduos de embalagens produzidos na UE, harmonizando simultaneamente o mercado interno das embalagens e impulsionando a economia circular.

A proposta tem em conta todo o ciclo de vida das embalagens. Estabelece requisitos para garantir que as embalagens sejam seguras e sustentáveis, exigindo que todas elas sejam recicláveis e que a presença de substâncias que suscitam preocupação seja minimizada. Estabelece ainda requisitos de rotulagem harmonizados para melhor informar os consumidores.

Em consonância com a hierarquia dos resíduos, a proposta visa reduzir significativamente a produção de resíduos de embalagens fixando metas de reutilização vinculativas, restringindo determinados tipos de embalagens de utilização única e obrigando os operadores económicos a minimizar as embalagens utilizadas.

O acordo hoje alcançado é provisório, enquanto se aguarda a adoção formal por ambas as instituições.

Principais elementos do acordo

Requisitos de sustentabilidade e utilização de material reciclado nas embalagens

O texto do acordo provisório mantém a maior parte dos requisitos de sustentabilidade para todas as embalagens colocadas no mercado, bem como as grandes metas propostas pela Comissão.

Reforça os requisitos aplicáveis às substâncias presentes nas embalagens, introduzindo uma restrição à colocação no mercado de embalagens destinadas a entrar em contacto com os alimentos que contenham substâncias perfluoroalquiladas e polifluoroalquiladas acima de determinados limiares. A fim de evitar qualquer sobreposição com outros atos legislativos, os legisladores incumbiram a Comissão de avaliar a necessidade de alterar essa restrição no prazo de quatro anos a contar da data de aplicação do regulamento.

O acordo provisório mantém as grandes metas para 2030 e 2040 no que respeita ao teor mínimo de material reciclado nas embalagens de plástico. Os legisladores acordaram em isentar dessas metas as embalagens de plástico compostáveis e as embalagens cujos componentes de plástico representem menos de 5 % da massa total dessas embalagens.

Fonte: Retirado do site do Conselho Europeu

Saiba mais [Aqui](#).

OMS

Resolução sobre clima e saúde recebe forte apoio dos Estados-Membros da OMS



Na Assembleia Mundial da Saúde, em Genebra, decorrida na semana passada, os Estados-membros da Organização Mundial da Saúde (OMS) adotaram uma Resolução sobre Mudanças Climáticas e Saúde.

A Resolução identifica claramente as alterações climáticas como uma grave ameaça para a saúde pública e estabelece um quadro para a criação de sistemas de saúde sustentáveis e resilientes às alterações climáticas.

Entre as várias medidas propostas contam-se a cooperação multissetorial, a sensibilização para a interdependência entre as alterações climáticas e a saúde e a descarbonização para combater as causas profundas das alterações climáticas.

A adoção demonstra um compromisso político dos governos e da OMS em ampliar a ação climática como uma prioridade de saúde pública para proteger as pessoas dos crescentes impactos das mudanças climáticas na saúde.

A Resolução pode ser consultada no site da OMS [Aqui](#).

Tradução da responsabilidade do Departamento de ADS

CES

Metas climáticas sem transição justa são uma "receita para a agitação"



Imagem com DR

É necessária uma diretiva específica para uma transição justa no sentido de garantir que o objetivo climático para 2040, anunciado pela Comissão Europeia, possa ser cumprido sem mais agitação social.

Nos próximos 16 anos, a Comissão pretende alcançar uma redução líquida de 90% das emissões de gases com efeito de estufa em relação aos níveis de 1990.

Os sindicatos apoiam a ação climática, mas a legislação climática já acordada não convence as pessoas nos setores e regiões afetados porque o Pacto Ecológico Europeu ainda não tem em conta os impactos sociais e laborais da transição.

Demasiado estreito

O âmbito do atual Mecanismo de Transição Justa, que se limita às regiões altamente dependentes do carvão, do xisto betuminoso e das indústrias com utilização intensiva de carbono, é demasiado restrito e não é devidamente financiado.

A Europa não está a conseguir salvaguardar empregos industriais de qualidade

[Dados do Eurostat](#) de janeiro mostram que a produção industrial anual caiu 5,8% em novembro de 2023.

Noutros locais, os governos adotaram planos para resolver a escassez de mão de obra e de competências. Os Estados Unidos, através da Lei de Redução da Inflação, incorporaram condicionalidades significativas nos seus subsídios verdes que obrigam as empresas que procuram créditos fiscais a contratar aprendizes remunerados, a apoiar a sindicalização e o pagamento de salários justos.

A situação é exatamente oposta na UE. Nos trílogos da Lei da Indústria de Impacto Zero, recentemente concluídos, os sindicatos ficaram alarmados ao verem as referências básicas a empregos de qualidade e a aprendizagens serem retiradas ou efetivamente esvaziadas de sentido da posição do Parlamento Europeu.

A Comissão estima que seria necessário um investimento de 1,5 biliões de EUR por ano para atingir o objetivo de 2040. Mas o seu anúncio surge apenas três dias antes do início das negociações finais entre as instituições da UE sobre as novas regras de governação económica.

As regras significariam que apenas quatro Estados-membros seriam capazes de fazer os investimentos necessários para cumprir o compromisso climático da UE, de acordo com uma investigação da New Economics Foundation.

Uma mudança de estratégia

As políticas climáticas devem ter simultaneamente em conta os desafios sociais, laborais e industriais da transição. É possível uma política industrial bem-sucedida e competitiva que respeite tanto as metas de descarbonização juridicamente vinculativas como o objetivo de intensificar a coesão social e salvaguardar o bem-estar dos cidadãos. I

sto só pode ser feito se garantirmos a criação de empregos de qualidade com uma mão de obra qualificada, insistindo em condicionalidades sociais.

Numa reunião com o Vice-Presidente Executivo do Pacto Ecológico Europeu, Maroš Šefčovič, e o Comissário responsável pelo Emprego e Direitos Sociais, Nicolas Schmit, na segunda-feira, 5 de fevereiro, o Secretário Confederal da CES, Ludovic Voet, sublinhou que os objetivos climáticos pré-existentes para 2030 são socialmente inadequados para uma redução de 55 % das emissões de CO2. Aumentar a ambição não pode funcionar sem um quadro político de transição justa que atenda a todas as comunidades afetadas.

«Precisamos de uma Diretiva Transição Justa da UE para antecipar e gerir a mudança de uma forma que não deixe ninguém para trás. Um financiamento adequado, uma política industrial de qualidade e geradora de emprego, condições sociais e a garantia dos direitos dos trabalhadores na transição devem ser componentes fundamentais da nova abordagem da UE», concluiu Ludovic Voet.

Tradução da responsabilidade do Departamento ADS

Aceda à versão original [Aqui](#).

ETUI

REFLEXÃO ETUI

Metas climáticas para 2040: menos ambiciosas do que parecem



Imagem com DR

Em fevereiro de 2024, a Comissão Europeia publicou as suas recomendações há muito aguardadas para os objetivos da política climática da UE para 2040. Já era claro que uma trajetória até 2040 numa linha simples entre as suas metas para 2030 e o objetivo de zero emissões líquidas para 2050 não permitiria alcançar estes objetivos de forma eficiente em termos de custos.

É positivo que a Comissão tenha seguido o parecer do [Conselho Científico Consultivo Europeu sobre as Alterações Climáticas](#), ainda que de forma mínima (tomando o limite inferior da redução recomendada de 90-95%). A meta proposta [para 2040](#) de alcançar uma redução de 90% dos gases com efeito de estufa (GEE) (relativamente aos níveis de 1990) reflete certamente uma política ambiciosa, mas é muito duvidoso como isso pode ser alcançado – e ainda mais duvidoso como isso pode ser feito de uma forma sustentável e justa.

Pelo menos, a proposta deixa claro que o ritmo da descarbonização deve ser acelerado. Nas três décadas até 2020, na UE [foi alcançada uma redução de 30% dos gases com efeito de estufa](#).

No entanto, para as duas décadas de 2020 a 2040, precisa entregar mais 60% – ou seja, o dobro em dois terços do tempo.

Este objetivo é uma necessidade inevitável, mas é também radicalmente mais ambicioso do que no passado. Ao mesmo tempo, a resistência à política climática já está a aumentar, e há alguns retrocesso a nível político, desencadeada pelo medo de uma direita populista cética em relação ao clima.

A falta de uma visão estratégica para gerir uma via de descarbonização muito mais ambiciosa, com uma partilha justa dos encargos e uma transição justa, não só coloca as metas para 2040 em sério risco, como também levanta dúvidas sobre o objetivo de neutralidade climática para 2050.

O documento da Comissão menciona a necessidade de uma «transição justa», afirmando que uma «economia competitiva proporcionará prosperidade para todos» e acrescentando que «é necessário fazer mais para assegurar uma transição inclusiva».

No entanto, embora apele à proteção dos mais vulneráveis na próxima transição energética, bem como à garantia de que a indústria da UE se mantém competitiva, é ligeira quanto às especificidades da forma como tal deve ser alcançado.

A principal razão pela qual a proposta não é credível é que, em vez de uma abordagem genuinamente ambiciosa acompanhada de políticas específicas e adequadas de «transição justa», a proposta da Comissão dilui o número de manchetes ambicioso através de uma série de retrocessos.

Para compensar a ausência de políticas eficientes de transição justa, estão a ser feitas concessões a vários grupos de interesse: estas minam as metas declaradas e põem em risco a possibilidade de as alcançar.

Três deficiências principais enfraquecem a credibilidade da proposta: o papel da captura e armazenamento de carbono (CAC); a não exigência de uma contribuição do setor agroalimentar; e a falta de uma estratégia viável de investimento verde.

No que diz respeito à CAC, a fixação do objetivo líquido numa redução de 90 % significa que, até 2040, o nível absoluto das emissões de gases com efeito de estufa da UE teria de ser inferior a 850 milhões de toneladas de equivalente dióxido de carbono (MtCO_{2e}), enquanto as remoções de carbono (ou seja, as remoções de carbono terrestres e industriais da atmosfera) deveriam atingir 400 Mt de CO_{2e} – quase 50 % das restantes emissões!

Além disso, os cientistas climáticos do Conselho Consultivo independente advertiram que a utilização das tecnologias CAC como um método para atingir 90% será um desafio. O maior obstáculo reside no facto de a tecnologia não estar pronta: atualmente, não existe uma única central de CAC plenamente operacional na Europa, nem um sistema para a gerir e regulamentar.

O plano da Comissão baseia-se fortemente na preparação das capturas e remoções de carbono em escala e não põe em causa a eficácia real dessas tecnologias. Além disso, não dá prioridade à redução das emissões através de outros meios mais eficazes em termos de custos, como a eficiência energética e dos materiais ou práticas de suficiência e circularidade.

Além disso, uma análise do grupo de reflexão [E3G](#) mostra que o hidrogénio desempenhará apenas um papel marginal na descarbonização e que a correção do rumo do hidrogénio conduz a um papel mais importante na captura de carbono.

O gráfico que a Comissão apresentou para as vias de descarbonização propostas por setor não só revela uma grande dependência da duvidosa tecnologia CAC, como também revela que quase nenhuma contribuição é esperada da agricultura. Esta é a segunda lacuna principal da proposta da Comissão. O Gabinete Europeu do Ambiente (EEB) observa que é "altamente decepcionante" ver mais uma oportunidade perdida para estabelecer uma meta ambiciosa para o setor agroalimentar.

A terceira lacuna principal prende-se com a falta de uma estratégia de investimento verde credível. O documento diz que será necessário "mobilizar investimento privado e público" – mas não há demonstração credível de como um quadro orçamental da UE mais flexível (ou capacidade orçamental para o período após a expiração do Fundo de Resiliência e Recuperação) poderia alcançar este objetivo.

Já existe um enorme défice de investimento para cumprir as metas da política climática para 2030, bem documentado por um relatório I4CE – e alcançar as metas para 2040 será um desafio muito maior. É bastante preocupante ver que este défice de investimento é visto pela Comissão como «virtual», partindo do princípio de que – com a descarbonização em curso da produção de energia – os recursos atualmente consagrados à importação de combustíveis fósseis seriam libertados para utilização nos investimentos necessários.

Embora isso seja verdade em princípio, o problema é que os investimentos têm de ser feitos primeiro, e só quando o novo sistema de energia limpa estiver a funcionar (ou tiver sido suficientemente construído) é que o dinheiro gasto em petróleo e gás voltará. Este é um excelente caso para investimentos preparados para o futuro – mas apenas se também forem concentrados na fase inicial.

Como a E3G observou, a falta de transparência em relação à interação da energia com outros setores levanta questões críticas sobre a distribuição de custos em toda a sociedade. A questão distributiva está no centro da política de 2040. Significa que precisamos de metas climáticas ambiciosas, mas honestas, em que todos os setores da economia dêem um contributo genuíno, e de que tal seja apoiado por um quadro adequado e abrangente para uma transição justa.

Reações dos parceiros sociais

De acordo com a Confederação Europeia de Sindicatos (CES), é necessária uma diretiva dedicada à transição justa para garantir que a meta climática para 2040 anunciada pela Comissão Europeia possa ser cumprida sem mais agitação social. Embora a CES não critique o objetivo de redução líquida de 90% dos gases com efeito de estufa, nem nos seus pormenores técnicos nem na sua composição sectorial, chama a atenção para a falta de uma dimensão social.

Segundo a CES, a legislação climática já acordada não convence as pessoas dos setores e regiões afetados porque o Pacto Ecológico Europeu ainda não tem em conta os impactos sociais e laborais da transição. Reitera igualmente que o âmbito de aplicação do atual Mecanismo de Transição Justa é demasiado limitado e não é devidamente financiado.

Adverte igualmente a Comissão de que, embora a Lei de Redução da Inflação tenha incorporado condições sociais e laborais significativas nos subsídios verdes dos EUA, a Lei da Indústria Net Zero da UE não contém tais disposições.

Além disso, chama a atenção para o enorme défice de investimento, citando as estimativas da Comissão de que são necessários investimentos anuais de 1,5 biliões de euros para atingir o objetivo de 2040 – e a contradição entre este requisito e as novas regras de governação económica.

A CES afirma que «os objetivos climáticos pré-existentes para 2030 são socialmente inadequados para uma redução de 55 % das emissões de CO2. Aumentar a ambição não pode funcionar sem um quadro político de transição justa que atenda a todas as comunidades afetadas.»

Apela também a «uma Diretiva Transição Justa da UE para antecipar e gerir a mudança de uma forma que não deixe ninguém para trás».

A federação de sindicatos *IndustriALL Europe* apela a um "[Acordo Industrial Europeu para empregos de qualidade](#)" e, ao assinar a [Declaração de Antuérpia](#), sublinha a importância da iniciativa para os trabalhadores industriais.

De acordo com a secretária-geral, Judith Kirton-Darling: « *O futuro das nossas indústrias com utilização intensiva de energia, que são fundamentais para fornecer as soluções climáticas de que a Europa necessita, depende do investimento e de políticas industriais específicas nestes tempos política e economicamente difíceis. É isso que a indústria e os sindicatos pedem com esta declaração.*»

A declaração define igualmente [10 ações concretas](#), incluindo a integração do Acordo Industrial da UE na Agenda Estratégica Europeia mais vasta e a garantia de investimento para as indústrias com utilização intensiva de energia através de um Fundo de Implantação de Tecnologias Limpas, associando o financiamento público a garantias para assegurar a manutenção e a criação de empregos de elevada qualidade na Europa. Sublinha a necessidade de garantir a autossuficiência em matérias-primas, estimular a procura de produtos sustentáveis e promover a inovação.

Tradução da responsabilidade do Departamento de ADS

Aceda à versão original [Aqui](#).

Comunicado ETUI

Existem direitos ambientais dos trabalhadores na legislação da UE?

Um recente documento da ETUI procurou colmatar a lacuna que existe relativamente à relação entre o direito do trabalho e o direito do ambiente, analisando a legislação da UE nestes domínios e questionando de que forma se relacionam entre si.

Por vezes, a legislação estabelece explicitamente uma ligação entre os dois. Assim, por exemplo, a diretiva relativa aos acidentes graves que envolvem substâncias perigosas protege claramente o ambiente natural, mas procura também prevenir os efeitos desses acidentes nos trabalhadores e prevê a formação do pessoal que pode prevenir ou responder a esses acidentes.

O Regulamento REACH (registo, avaliação, autorização e restrição de substâncias químicas) visa proteger a saúde humana e o ambiente, mas também prevê direitos e proteções específicos para os trabalhadores, incluindo o direito à informação.

Do ponto de vista do direito do trabalho, a Diretiva Denúncia de Irregularidades protege expressamente os trabalhadores que comuniquem infrações ao direito ambiental da UE.

Nestes casos, os instrumentos jurídicos protegem os trabalhadores e o ambiente natural, em vez de oporem estes dois interesses. Conferem aos trabalhadores direitos que *também podem* ser aplicados em benefício do ambiente natural.

Por conseguinte, o documento da ETUI baseia-se num trabalho importante no contexto canadiano, designando este tipo de disposições por «direitos ambientais dos trabalhadores». Esses direitos não só estão explicitamente consagrados na legislação, como também podem ser identificados quando se analisa o *efeito prático* de alguns instrumentos.

Por exemplo, a legislação em matéria de saúde e segurança no trabalho (SST) aplica-se tecnicamente apenas no local de trabalho, mas, na prática, a prevenção da exposição a substâncias nocivas para a saúde dos trabalhadores pode também beneficiar o mundo exterior, incluindo as entidades naturais não humanas.

Do mesmo modo, a legislação ambiental que estabelece limites de emissões para determinadas substâncias – como os poluentes do ar, da água ou do solo – pode beneficiar os trabalhadores, uma vez que são frequentemente as pessoas que vivem e trabalham mais próximas das fontes de poluição industrial.

A regulamentação do tempo de trabalho afeta não só o bem-estar dos trabalhadores, mas também a pegada ecológica do trabalho e dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, os regulamentos que regem as atividades que podem ser nocivas para o ambiente – como o tratamento de resíduos ou a pesca comercial – contêm requisitos que, em certa medida, ditam os papéis e as responsabilidades dos trabalhadores.

Conexões interessantes – embora nem sempre óbvias – entre as duas áreas também podem ser encontradas quando se trata de voz coletiva dos trabalhadores e agência dos trabalhadores em questões de proteção ambiental.

A Convenção da UNECE de 1998 sobre o Acesso à Informação, a Participação do Público no Processo de Tomada de Decisão e o Acesso à Justiça em Matéria de Ambiente – conhecida como Convenção de Aarhus – foi implementada na legislação ambiental da UE através de vários instrumentos que conferem direitos à informação, participação em decisões

como licenças de desenvolvimento e mecanismos para contestar decisões por motivos ambientais.

Estes podem ser utilizados por trabalhadores e sindicatos para obter informações sobre os impactos ambientais do seu empregador ou para fazer ouvir a sua voz em decisões ambientais que afetam a sua saúde e meios de subsistência.

Ao mesmo tempo, os quadros legislativos que preveem a informação e consulta dos trabalhadores (e a negociação coletiva – embora não exista legislação da UE especificamente dedicada a esta matéria) dão aos trabalhadores algumas oportunidades de se pronunciarem sobre questões ambientais a nível das empresas.

No entanto, as ligações entre o trabalho e o ambiente na atual legislação da UE permanecem, em grande medida, «debaixo da superfície». O compromisso de promover o desenvolvimento sustentável estabelecido nos Tratados e o compromisso do Pacto Ecológico Europeu para uma transição justa implicam que estas ligações devem ser reforçadas e explicitadas.

Para dar apenas um exemplo, a futura reforma da diretiva relativa ao tempo de trabalho e os limites que impõe ao tempo de trabalho poderiam ser alargados para integrar os objetivos de melhoria das condições de trabalho e de sustentabilidade ambiental.

Os direitos à informação e à formação ao abrigo da legislação em matéria de SST podem abranger questões de proteção do ambiente e de alterações climáticas, enquanto as responsabilidades dos representantes dos trabalhadores em matéria de SST podem abranger aspetos da prevenção ambiental, como é o caso ao abrigo da legislação legal ou de acordos coletivos em determinados países (por exemplo, França e Itália, respectivamente).

Esse reconhecimento explícito na legislação dos direitos ambientais dos trabalhadores ajudaria a capacitar os trabalhadores e os sindicatos, não só criando uma série de direitos jurídicos substantivos e processuais, mas também reconhecendo o papel fundamental dos trabalhadores e das suas organizações na gestão da crise ambiental e a importância fundamental da nossa relação permanente com o ambiente natural e os seus recursos.

Contribuiria igualmente para a criação de canais de cooperação entre sindicatos e grupos ambientalistas, que é vital para o desenvolvimento de modelos económicos social e ecologicamente sustentáveis.

Tradução da responsabilidade do Departamento de ADS

Aceda à versão original [Aqui](#).

Formação da ETUI

Competências para a justiça laboral e ambiental

No início deste ano, a ETUI lançou o seu primeiro curso em linha destinado a sindicalistas, líderes de opinião pública, investigadores e profissionais nos

domínios do direito do trabalho, das relações laborais e do direito ambiental.

O curso «[Skills for Labour and Environmental Justice](#)» (Competências para a [justiça laboral e ambiental](#)) visa explorar a intrincada relação entre justiça laboral e justiça ambiental.

O curso decorreu ao longo de 6 semanas, de janeiro a fevereiro, e procurou conciliar as preocupações ambientais com o conceito de justiça no local de trabalho. Pretendia demonstrar a interligação entre o trabalho e a natureza, bem como a relação entre o direito do trabalho e o direito do ambiente.

O corpo docente incluiu pesquisadores seniores do departamento de pesquisa ETUI e académicos das principais universidades do mundo.

Um total de 412 indivíduos de 54 países se inscreveram para o curso, dos quais 278 participaram do programa. Entre os que se inscreveram, 28% representavam universidades e centros de pesquisa, 23% eram de sindicatos e organizações de direitos dos trabalhadores e 49% vinham de ONGs, empresas e órgãos governamentais.

O curso foi estruturado em torno de 5 tópicos relevantes:

- Tema 1: Contextualizar o nexos trabalho-ambiente
- Tema 2: As origens e a evolução do princípio da «transição justa»
- Tema 3: Políticas e regulamentações laborais e ambientais
- Tema 4: Participação dos trabalhadores e democracia ambiental
- Tema 5: Perspetivas do Sul global e grupos vulneráveis

Cada tópico contou com vídeo-aulas curtas e leituras complementares. Os participantes envolveram-se em trabalhos individuais e em equipa com base no conteúdo abordado nos vídeos e leituras.

Tradução da responsabilidade do Departamento de ADS

Aceda à versão original [Aqui](#).

Publicações da ETUI

A Europa está no bom caminho para uma mobilidade líquida zero?

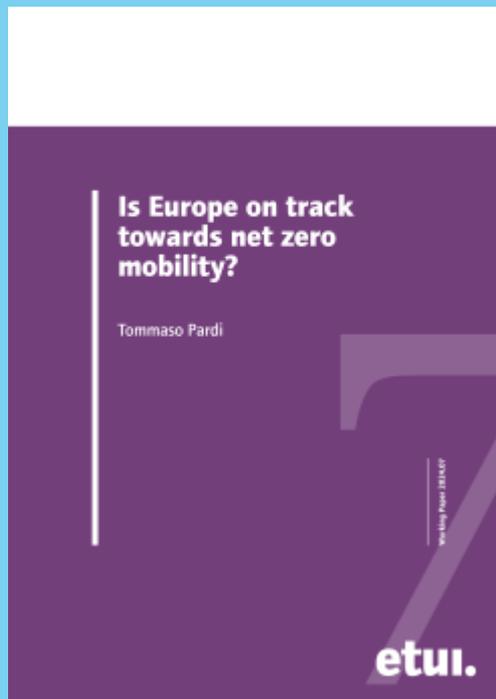


Imagem com DR

O objetivo deste documento é explorar se a atualização "Fit for 55" do regulamento de CO₂ da União Europeia está à altura da tarefa de corrigir seus erros do passado e colocar a Europa no caminho para alcançar a mobilidade líquida zero até 2050, ao mesmo tempo em que lida com o novo conjunto de desafios que surgem com o processo acelerado de eletrificação.

A análise do artigo indica que não está à altura de tal tarefa. É urgente retificar a atualização «Fit for 55» e, de um modo mais geral, a trajetória seguida pela via da eletrificação na Europa. Existem, no entanto, algumas medidas fundamentais e relativamente simples que podem orientar a produção e a venda de automóveis novos na Europa para uma via mais sustentável, inclusiva e eficiente.

Estas incluem a eliminação progressiva do regime de normas baseadas no peso e a sua substituição por um regime mais orientado para a eficiência energética; e integrar a análise do ciclo de vida no regime regulamentar, de modo a garantir que a pegada de carbono total de um automóvel é devidamente tida em conta. Estas medidas em conjunto devem orientar a produção e as vendas de automóveis novos na Europa na direção certa: para veículos elétricos mais ecológicos, mais eficientes do ponto de vista energético e a preços acessíveis que sejam fabricados na Europa. O artigo conclui que os sistemas de suporte precisam ser fundamentalmente reconfigurados para que os sistemas de eletromobilidade sejam moldados mais na direção da acessibilidade.

Tradução da responsabilidade do Departamento de ADS

Aceda à versão original [Aqui](#).

AGÊNCIA EUROPEIA DO AMBIENTE

Agências da UE: são necessários mais esforços para tornar os produtos químicos seguros e sustentáveis

Comunicado de Imprensa - 17 de abril de 2024

A transição para produtos químicos mais seguros e sustentáveis está a progredir em alguns domínios, enquanto noutros, está apenas a começar.

Esta é a conclusão de uma primeira avaliação conjunta à escala europeia dos fatores impulsionadores e do impacto da poluição química, realizada pela Agência Europeia do Ambiente (AEA) e pela Agência Europeia dos Produtos Químicos (ECHA), publicada hoje. A avaliação comparativa concluiu que é ainda necessário envidar mais esforços para reduzir o impacto das substâncias nocivas na saúde humana e no ambiente.

O número de produtos químicos industriais examinados ao abrigo da legislação da UE em matéria de produtos químicos para determinar a sua segurança aumentou substancialmente. As autoridades dispõem agora de um conhecimento muito melhor sobre as propriedades perigosas dos produtos químicos utilizados em toda a UE, o que resulta em muitas ações para minimizar e controlar os riscos de vários grupos de substâncias.

De acordo com o [relatório de síntese conjunto AEA-ECHA](#) sobre o quadro de indicadores da UE para os produtos químicos, a utilização global dos produtos químicos mais nocivos (em especial os cancerígenos, mutagénicos e tóxicos para a reprodução) continua a crescer, mas mais lentamente do que o crescimento global do mercado dos produtos químicos.

Está a aumentar a pressão para evitar a utilização das chamadas substâncias que suscitam preocupação e para aplicar os princípios do [quadro seguro e sustentável desde a conceção](#).

É necessário garantir mais eficazmente que os produtos de consumo não contêm as substâncias mais nocivas, por exemplo, substâncias químicas desreguladoras do sistema endócrino, que afetam negativamente o sistema hormonal, ou substâncias persistentes, bioacumuláveis e tóxicas, que apresentam um risco para os próximos anos, mesmo após a cessação da sua utilização.

São necessários mais dados e informações para compreender melhor a exposição humana e ambiental às substâncias químicas mais nocivas e os seus impactos. Ainda assim, os indicadores mostram claramente que a transição para produtos químicos seguros e sustentáveis deve continuar e deve mesmo ser acelerada.

O relatório baseia-se num conjunto de 25 indicadores-chave, também publicados hoje, que monitorizam as causas e os impactos da poluição química na Europa.

Os indicadores serão regularmente atualizados para monitorizar a poluição química e medir a eficácia da legislação europeia em matéria de produtos químicos. O relatório apresenta uma avaliação global dos progressos realizados no âmbito da estratégia da UE em matéria de substâncias químicas para a sustentabilidade rumo a um ambiente isento de substâncias tóxicas (SCA).

Principais conclusões

- A transição para produtos químicos mais seguros e sustentáveis está a progredir em algumas áreas, enquanto noutras está apenas a começar.
- A ação das autoridades e da indústria tem apoiado a minimização e o controlo dos riscos de vários grupos de produtos químicos perigosos. Estão em curso esforços para aumentar os conhecimentos sobre os perigos químicos e apoiar as medidas de gestão dos riscos, sempre que necessário.
- Os dados disponíveis sugerem que há poucos indícios de progressos no sentido da eliminação das substâncias que suscitam preocupação nos resíduos e materiais secundários. Trata-se de um obstáculo à transição para uma economia mais circular.
- As emissões de determinados produtos químicos para a água e a atmosfera diminuíram na sequência de regulamentos específicos da UE (por exemplo, sobre emissões industriais) e de ações internacionais, mas são necessárias medidas adicionais para atingir níveis de concentração que não sejam nocivos para a saúde humana e o ambiente. As emissões da indústria continuam a implicar custos elevados em termos de danos para a saúde humana e dos ecossistemas.
- A biomonitorização humana oferece a oportunidade de compreender a exposição humana a produtos químicos de múltiplas fontes e, por conseguinte, os riscos para a saúde associados à poluição química. Como tal, a biomonitorização constitui um instrumento fundamental para medir a eficácia da legislação relativa aos produtos químicos na proteção da saúde humana e do ambiente.

Quadro de indicadores da UE para os produtos químicos

As políticas da UE em matéria de substâncias químicas visam enfrentar o desafio da produção e utilização de produtos químicos para dar resposta às necessidades sociais, respeitando simultaneamente as fronteiras planetárias e evitando danos para os seres humanos e o ambiente. A [Estratégia Química para a Sustentabilidade \(SCA\) da UE](#) visa concretizar esta visão através de uma série de medidas, incluindo ações de apoio à inovação para produtos químicos seguros e sustentáveis, reforçando a proteção da saúde humana e do ambiente, simplificando e reforçando o quadro jurídico relativo aos produtos químicos e criando uma base de conhecimentos abrangente para apoiar a elaboração de políticas baseadas em dados concretos.

Tradução da responsabilidade do Departamento ADS

Aceda à versão original [Aqui](#).

CONTEÚDOS DE REFERÊNCIA NACIONAIS

CNADS

Projecto "*Climate Change in Portugal. Scenarios, Impacts and Adaptation Measures*" (SIAM)

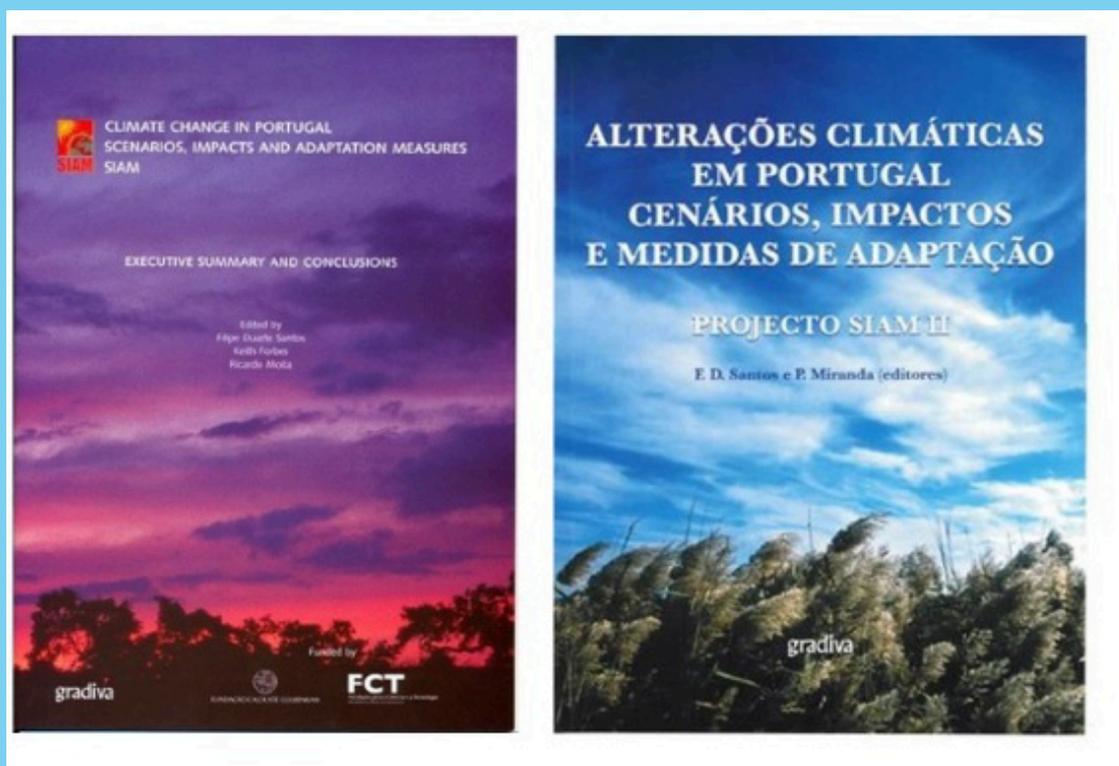


Imagem com DR

O Projecto "*Climate Change in Portugal. Scenarios, Impacts and Adaptation Measures*" (SIAM) iniciou-se em meados de 1999, e teve como objetivo a realização da primeira avaliação integrada dos impactos e medidas de adaptação às alterações climáticas em Portugal Continental no século XXI.

Os estudos realizados basearam-se em cenários do clima futuro obtidos a partir de modelos de circulação geral da atmosfera e incidiram sobre um conjunto de sectores sócio-económicos e sistemas biofísicos designadamente: recursos hídricos, zonas costeiras, agricultura, saúde humana, energia, florestas e biodiversidade e pescas.

Foi também realizada uma análise sociológica sobre a problemática das alterações climáticas em Portugal.

O Projecto SIAM foi a primeira avaliação integrada dos impactos e medidas de adaptação às alterações climáticas em Portugal Continental e também a primeira realizada para um país do Sul da Europa.

Saiba mais Aqui:

Climate Change in Portugal Scenarios, Impacts and Adaptation Measures (SIAM)

Publicação com o Apoio de:



Cofinanciado pela
União Europeia

Os Fundos Europeus mais próximos de si.



[Ver este email no navegador](#)

newsletter Se não desejar receber mais e-mails poderá [remover a sua subscrição aqui](#).

Esta mensagem foi enviada para by
mari

Verificação de Remoção de Subscrição™

[Remover Subscrição](#) | [Gerir Subscrição](#) | [Reencaminhar Email](#) | [Denunciar Abuso](#)

